



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 547/2018/SUPEL/RO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 0015.267097/2018-15.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, TIPO PICK-UP PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA – IDARON.

TERMO DE ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, por meio de sua pregoeira, designada pela Portaria N.º 17/2019/SUPEL-CI, de 01 de fevereiro de 2019, publicada em 05 de fevereiro de 2019, em atenção à **intenção de recurso** interposta tempestivamente pela Empresa **AUTOVEMA VEÍCULOS LTDA**, já qualificada nos autos epigrafados, passa a analisar e decidir, o que adiante segue.

I – DA SÍNTESE DOS FATOS ALEGADOS:

A Recorrente demonstra inconformismo por sua **INABILITAÇÃO**, pelos motivos:

- a) Da ausência de qualificação Econômico-Financeira da licitante classificada;*
- b) Da ausência de qualificação técnica da empresa classificada;*
- c) Do não atendimento aos requisitos do edital quanto à garantia pretendida;*
- d) Da exigência do primeiro emplacamento.*

Desta forma, solicita a revisão dos atos, de forma a desclassificar a empresa ARTHA EMPREENDIMENTOS COMÉRCIO E LOCAÇÕES – EIRELI, e habilitando a recorrente para o pregão 547/2018/SUPEL/RO.

II – DAS CONTRARRAZÕES:

Na contrarrazão da Empresa ARTHA EMPREENDIMENTOS COMÉRCIO E LOCAÇÕES – EIRELI a mesma procede em defesa própria, rebatendo todos os pontos alegados pela recorrente. Diante das contrarrazões a mesma pede a manutenção de sua HABILITAÇÃO para o presente certame.

III – DA ANÁLISE:

Em atenção ao direito de manifestação e interposição de recurso, previsto no art. 26, do Decreto Estadual nº 12.205/2006, e ao artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002, após análise da intenção de recurso, a pregoeira, com base nos princípios que regem a Administração Pública, na legislação pertinente e nas informações adquiridas, se manifesta em conformidade com o Art. 3º, da Lei 8.666/93, resguardando a garantia da observância do princípio constitucional da isonomia, selecionando a proposta mais vantajosa para a Administração, processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade



ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Licitações

Equipe de Licitação - ZETA

administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos. Diante disto, analisa os pontos a seguir:

A Empresa AUTOVEMA alega nas letras a, b e c, questões que já foram motivo de análise pela então pregoeira substituta, Sra Aline Lopes Espíndola e pela Assessoria Jurídica desta Superintendência, que se manifestou por meio do Parecer nº 65/2019/SUPEL-ASSEJUR, assinado conjuntamente pelos Procuradores do Estado de Rondônia, Senhores Lauro Lucio Lacerda e Leri Antonio Souza e Silva e pelo Superintendente, Sr. Marcio Rogério Gabriel. Portanto, não entraremos novamente no mérito já julgado anteriormente, passando a análise apenas do item d, que trata do Emplacamento do Veículo.

A recorrente alega que a Empresa ARTHA não atende ao requisito do primeiro emplacamento, conforme consta no quadro detalhado do item apresentado pela IDARON. Aduziu que os por se tratarem de veículos da marca Chevrolet, os mesmos deveriam ter seu primeiro emplacamento em nome da vencedora e que no ato da transferência não seriam mais considerados 0 “zero” Km.

Vejamos, inicialmente o Termo de Referência, anexo do edital do Pregão nº 547/2018 dispôs a especificação detalhada do objeto do seguinte modo:

QUADRO DE ESPECIFICAÇÃO

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DA LICITAÇÃO

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|--|---------|------------|
| 01 | <p>VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO PICK-UP, “0” km (zero quilômetro), na cor BRANCA; Cabine simples devidamente autorizada ao transporte de 2 (dois) passageiros; 02 (duas) portas, ano de fabricação a partir de 2018 ou superior; Carroceria aberta, mínima de 1.4, 8v, flex. (álcool/gasolina), potência mínima motor de 85 cv. Tanque de combustível no mínimo de 45 litros, injeção eletrônica, tração dianteira, câmbio manual, 5 marchas à frente e 1 a ré, com sistema de vidros e travas elétricos, sistema de som com rádio AM/FM CD Player MP3 com entrada USB integrado ao painel; Encosto de cabeça nos bancos dianteiros com capa de couro sintético, retrovisor interno e laterais, Air bag duplo (motorista e passageiro), pneus aro 14 no mínimo, freio dianteiro a disco ABS, direção hidráulica e ar condicionado originais de fábrica e instalados pela montadora, protetor de caçamba, capota marítima, Santo Antônio, protetor cárter em aço (peito de aço), jogo de tapetes emborrachados dianteiro, todos os equipamentos obrigatórios exigidos por lei (cinto de segurança, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo).</p> <ul style="list-style-type: none">Todos os itens acima especificados deverão ser originais do fabricante do veículo e atender as normas do CONAMA e demais exigências do CONTRAN.Garantia: mínima de 12 (doze) meses oferecida pelo fabricante com quilometragem livre. A proponente deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante, se for o caso.Assistência técnica autorizada preferencialmente no município de Porto Velho e, no mínimo, em mais 02 (dois) municípios do Estado de Rondônia.A proponente poderá apresentar proposta com características superiores as especificadas e acessórios adicionais ou superiores.<u>O veículo deverá ser entregue com todos os equipamentos obrigatórios e itens de produção exigidos por lei, emplacado (taxas referentes ao primeiro emplacamento sendo de vistoria, bombeiros, seguro obrigatório, etc) no município de Porto Velho/RO, licenciado em nome do Fundo Estadual de Sanidade Animal - FESA adesivado (portas dianteiras e tampa traseira da carroceria), conforme layout a ser entregue pela IDARON à adjudicatária.</u> | Unidade | 25 |

Documento assinado eletronicamente por **Patricia Goncalves Penedo, Analista**, em 24/09/2018, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3120116** e o código CRC **D86AE886**.



É importante afirmar que o edital não expressou que o primeiro emplacamento seria **diretamente** para o Fundo Estadual de Sanidade Animal – Fesa, e sim que o veículo deveria ser entregue emplacado, em nome do referido Fundo, no Município de Porto Velho/RO e que todo ônus decorrente de taxas para a transferência seria de responsabilidade da vencedora do certame. Caberia à comissão de recebimento, no ato da entrega, verificar todas as informações conforme termos editalícios acerca do recebimento do objeto:

2.4. DO RECEBIMENTO: Ficam aqueles estabelecidos no subitem 12 e seu subitem do Anexo I – Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovados pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

12. DO RECEBIMENTO DOS BENS

12.1 O objeto será recebido conforme disposto no inciso II, alíneas “a” e “b”, do artigo 73 da Lei Federal 8.666/93: a) PROVISORIAMENTE, pelo Chefe do Setor de Almoxarifado, para efeito de posterior verificação da conformidade do bem com a especificação exigida, no prazo máximo de 3 (três) dias; b) Definitivamente, depois de constatada a qualidade e quantidade do objeto e a regularidade fiscal da Detentora, mediante aposição de carimbo de recebimento definitivo no verso da fatura/nota fiscal ou Termo de Recebimento e Aceitação, pela Comissão de Recebimentos de Materiais Permanente da IDARON, que deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório,

12.2 A Comissão elaborará “check-list” juntamente com a contratada para vistoria e verificação item por item dos veículos, inclusive anotando possíveis riscos ou defeitos na pintura, acessórios e outras imperfeições visíveis, visando constatar a especificação do objeto de acordo com o Termo de Referência e a Proposta do fornecedor.

12.3 A Comissão deverá expedir recibo, no próprio check-list, com nome, matrícula e assinatura por pelo menos três membros atestando o recebimento e condições dos veículos.

12.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo instrumento contratual.

12.5 Os fornecimentos deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste instrumento sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades estipuladas.

12.6 Aceitos os fornecimentos, será procedido o atesto na Nota Fiscal, mediante termo circunstanciado, pela Comissão de Recebimentos de Materiais Permanente da IDARON.

12.7 Não aceito os fornecimentos, a Contratada será comunicada através do Gestor do contrato, para que imediatamente substitua aqueles que não estão de acordo com as especificações estabelecidas no Contrato.

O fato de o veículo não ser registrado e licenciado pela primeira vez em nome do Fundo Estadual de Sanidade Animal - FESA, e sim na posterior transferência, não interfere na especificação exigida no edital, pois em resumo, a requisitante buscava veículos que não tivessem sido utilizados anteriormente, e tal ponto seria atestado por ocasião do recebimento do bem.

O instrumento convocatório é muito claro quanto à especificação do objeto e o recebimento, não podendo a contratante aceitar da contratada qualquer item em desacordo com o edital.



Cumprе ressaltar que as propostas foram encaminhadas para análise e parecer do setor técnico da IDARON, que se manifestou por meio do despacho ID 3957179, afirmando que atendiam as especificações do Termo de Referência.

Assim, não se evidencia no caso em análise qualquer ato de maculação ou ilegalidade no procedimento licitatório, pois a Empresa ARTHA atendeu aos requisitos do edital e ofertou o melhor preço para a Administração. Portanto a alegação da empresa recorrente não merece prosperar.

IV – DA DECISÃO:

A Comissão ZETA/SUPEL, pelas leis pertinentes, pelas regras do edital e pela total submissão à Lei 8.666/93 e suas alterações, em especial ao Art. 3º onde aborda os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, probidade administrativa, sem excluir os princípios da isonomia, razoabilidade e eficiência e ao Art.41, onde o insigne mestre Hely Lopes Meirelles preleciona: **"a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação, nem se compreenderia que a administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado no edital é lei interna da licitação e, como tal, vincula aos termos tanto os licitantes como a administração que o expediu, DECIDE MANTER A DECISÃO onde HABILITOU a Empresa ARTHA EMPREENDIMENTOS COMERCIO E LOCAÇÕES EIRELI - EPP para o presente certame, portanto, julgando como TOTALMENTE IMPROCEDENTE o recurso interposto pela Empresa AUTOVEMA VEÍCULOS LTDA.**

Submete-se a presente decisão à análise do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho/RO, 11 de março de 2019.

Fabíola Menegasso Dias
Pregoeira da ZETA/SUPEL/RO
Mat. 300148746



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 156/2019/SUPEL-ASSEJUR

PROCESSO: 0015.267097/2018-15

PROCEDÊNCIA: IDARON/RO

ASSUNTO: ANÁLISE DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 547/2018/ZETA/SUPEL/RO.

OBJETO: Aquisição de veículos leves, tipo pick-up para atender as necessidades da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON;

RECORRENTE: AUTOVEMA VEÍCULOS LTDA;

Ementa: Direito Administrativo. Licitação. Lei nº 8.666/93. Recurso Administrativo. Lei nº 10.520/02. Fase de classificação da proposta. Garantia. Emplacamento. Fase de Habilitação. Capacidade econômico-financeira. Capacidade técnica. Improcedente.

I. INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente pela recorrente **AUTOVEMA VEÍCULOS LTDA** (fl. 1/7 - 4931423), com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06.
2. O presente processo foi encaminhado a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.
3. Abrigam os autos o **Pregão Eletrônico nº 547/2018/SUPEL/RO**.

II. ADMISSIBILIDADE

4. Em sede de admissibilidade foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos; Houve apresentação de contrarrazões pela empresa **ARTHA EMPREENDIMENTOS COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI EPP** (fl. 08/10 - 4931423) aos autos.

III. DO RECURSO INTERPOSTO PELA AUTOVEMA VEÍCULOS LTDA

5. A recorrente apresenta inconformismo com a decisão que habilitou a recorrida **ARTHA EMPREENDIMENTOS COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI EPP** para o item 01 do certame.
6. Alega que a recorrida não atende as exigências editalícias.
7. Aduz que a empresa recorrida não teve faturamento desde a sua constituição, assim sendo, apontou que não teria condições de cumprir o contrato, por não apresentar demonstração de boa situação financeira.

8. Aponta ainda que de acordo com o item 13.4.4 do edital faz-se necessário a comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do contrato, através de documentos idôneos, sendo que fora apresentado atestado emitido pela Prefeitura Municipal de Espumoso referente ao fornecimento de caminhonete, tratando-se de apenas 01 unidade, levantando dúvidas sobre a sua capacidade de assumir o contrato.

9. Pugna a recorrente pelo conhecimento e procedência de seu recurso, para reforma da decisão para inabilitar a recorrida **ARTHA EMPREENDIMENTOS COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI** para o item 01 do certame.

IV. DA CONTRARRAZÃO APRESENTADA PELA LICITANTE ARTHA EMPREENDIMENTOS COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI EPP

10. Quanto a ausência de qualificação econômico-financeira defende que já houve manifestação anterior, indicando ainda que o Decreto Federal nº 8.538/2015 prevê inclusive o afastamento da exigência de documentação financeira, na habilitação em licitação para o fornecimento de bens para pronta entrega não sendo exigidos da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

11. Quanto a alegação de ausência de qualificação técnica e a alegação de não atendimento referente à garantia pretendida, aduz que também já fora objeto de manifestação anterior.

12. Em relação à exigência do primeiro emplacamento apontado pela recorrente não há previsão editalícia, sendo apontado no edital apenas a exigência de que o veículo seja zero quilometro, ou seja veículo novo. Porém, asseverou que não seria um empecilho para a contratação o primeiro emplacamento em nome do órgão requisitante.

13. Reafirma que não merece prosperar os argumentos para sua inabilitação para o certame.

14. Pugna a recorrida pela improcedência do recurso e a manutenção da decisão que a habilitou para o item 01 do certame.

V. DECISÃO DA PREGOEIRA

15. Compulsando os autos, a pregoeira julgou:

· **IMPROCEDENTE** o recurso administrativo interposto pela recorrente **AUTOVEMA VEÍCULOS LTDA**, permanecendo a recorrida **ARTHA EMPREENDIMENTOS COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI EPP** habilitada para o item 01 do certame.

VI. PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

16. Verificados os requisitos de admissibilidade dos recursos administrativos, quais sejam - tempestividade, legitimidade e interesse -, passamos a análise dos atos praticados na fase recursal.

17. Insurge a recorrente contra decisão que habilitou a recorrida **ARTHA EMPREENDIMENTOS COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI EPP** para o item 01 do certame.

18. Alega inconformismo com a reforma da decisão da pregoeira para fins de classificar a recorrida que tinha sido inabilitada anteriormente conforme a Ata (4136857).

19. Em alegações recursais, a recorrente inicialmente aponta que há ausência de qualificação econômico-financeira, indicando que um dos requisitos para a habilitação de uma empresa em uma licitação, nos termos do Art. 31, §3º, seria a empresa possuir 10% do valor do contrato, como patrimônio líquido para fins de contratação, tendo sido este o motivo inicial da inabilitação da empresa ARTHA.

20. Conforme explicitado no Parecer 65 (4434269), de acordo com a Ata do pregão (4136857) a empresa fora inabilitada sob motivação de que não teria atendido ao art. 31, §3º da Lei nº 8.666/93, por não possuir em seu balanço patrimonial 10% do valor estimado para a contratação.

21. Observou-se no Parecer retromencionado que em consulta ao edital (3702269) em seu item 13.4.3 que trata da qualificação econômico-financeiras, não há previsão de apresentação de balanço patrimonial, fazendo-se expressa menção de que a comprovação da qualificação econômica-financeira das licitantes será comprovada mediante a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial.

22. Sabe-se que a Lei nº 8.666/93, estabelece o rol dos documentos necessários a habilitação, contudo, não obriga a Administração a exigir a apresentação de toda a documentação apontada, deixando uma margem de discricionariedade ao Gestor a eleição das exigências dentre aquelas mencionadas na lei, indispensáveis ao adimplemento do futuro contrato, conforme se verifica no art. 32, § 2º da Lei nº 8.666/93 que reza que as documentações elencadas nos arts. 28 a 31 da mesma lei poderão ser dispensadas nos casos de fornecimento de bens a pronta entrega.

23. Essa discricionariedade no estabelecimento das regras de habilitação previstas no edital, segue a linha dos ensinamentos proferidos pelo Professor Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª edição, páginas 386/387):

“(…)

7.3) Elenco máximo e mínimo

O elenco dos arts. 28 a 31 deve ser reputado como máximo e não como mínimo. Ou seja, não há imposição legislativa a que a Administração, em cada licitação, exija a comprovação integral quanto a cada um dos itens contemplados nos referidos dispositivos. O edital não poderá exigir mais do que ali previsto, mas poderá demandar menos.

7.4.3) Existe, portanto, uma margem de discricionariedade para a Administração configurar, em cada caso, as exigências e os requisitos de participação. Ao celebrar o ato convocatório, a Administração deverá avaliar a complexidade da futura contratação e estabelecer, como derivação, os requisitos de habilitação e as condições de participação.

(…)”

24. Cumpre ressaltar ainda que o art. 31, § 3º da Lei nº 8.666/93, mencionado como motivador para inabilitação da recorrida, dispõe que o capital mínimo ou o valor patrimonial líquido não poderão exceder a 10% do valor estimado da contratação, portanto, trata-se de percentual limitador e não um percentual fixo a ser obrigatoriamente estabelecido, cabendo ao Gestor a decisão que melhor atenda ao interesse público.

25. Portanto, se não fora previsto no edital e no termo de referência tal exigência, não se torna exigível posteriormente a abertura do certame.

26. Nesse sentido fora proferida a decisão pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJ SC, in verbis:

APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SOCIEDADE EMPRESÁRIA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ATIVIDADE EMPRESARIAL VOLTADA À EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS. LICITAÇÃO. REGRA EDITALÍCIA A QUAL IMPÕE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PREVISÃO CONTIDA NO ART. 31, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93. PRINCÍPIOS DA FUNÇÃO SOCIAL E DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA (ART. 47 DA LEI Nº 11.101/2005). **COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE ECONÔMICA-FINANCEIRA QUE PODE SER AFERIDA POR OUTROS ELEMENTOS.** RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. EXIGÊNCIA AFASTADA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.

A despeito da Lei nº 8.666/93 exigir em seu art. 31 a comprovação da capacidade econômica-financeira das empresas que pretendam contratar com a Administração, é fato que o Superior Tribunal de Justiça já reputou válido edital que deixou de exigir comprovação atinente a todos os incisos do Art. 31, afirmando que a capacidade econômico-financeira pode ser aferida por outros meios (RESP 402711/SP, j. 11/06/2002). Os princípios da função social da empresa e da preservação da empresa devem ser aplicado ao caso, uma vez que as sociedades empresariais cumprem importante função social ao gerar empregos, tributos e riqueza, bem como ao contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade em que está inserida. Em nome da razoabilidade e da proporcionalidade, seria pernicioso impedir a participação de empresa em processo licitatório por estar em recuperação judicial, além do que desrespeita o princípio da preservação da empresa, positivado no art. 47 da Lei nº 11.101/2005.

(TJ-SC – Remessa Necessária Cível: 03005285920188240139, Porto Belo 0300528-59.2018.8.24.0139, Relator: Sérgio Roberto Baash Luz, Data do julgamento: 30/10/2018, Segunda

27. No mesmo sentido segue o entendimento do STJ, assim disposto:

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL. **ALEGATIVA DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 27, III E 31, I DA LEI 8.666/93. NÃO COMETIMENTO. REQUISITO DE COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA CUMPRIDA DE ACORDO COM A EXIGÊNCIA DO EDITAL. RECURSO DESPROVIDO.**

1. A comprovação de qualificação econômico-financeira das empresas licitantes pode ser aferida mediante a apresentação de outros documentos. A lei de Licitações não obriga a Administração a exigir, especificadamente, para o cumprimento do referido requisito, que seja apresentado o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, relativo ao último exercício social previsto na lei de licitações (art. 31, inciso I), para fins de habilitação.

2. **“In casu”, a capacidade econômico-financeira foi comprovada por meio de apresentação da Certidão de Registro Cadastral e certidões de falência e concordata pela empresa vencedora do certame em conformidade com o exigido pelo Edital.**

3. **Sem amparo jurídico a pretensão da recorrente de ser obrigatória a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, por expressa previsão legal. Na verdade, não existe obrigação legal a exigir que os concorrentes esgotem todos os incisos do artigo 31, da Lei 8.666/93.**

4. A impetrante, outrossim, não impugnou as exigências do edital e acatou, sem qualquer protesto, a habilitação de todas as concorrentes.

5. Impossível, pelo efeito da preclusão, insurgir-se após o julgamento das propostas, contra as regras da licitação.

6. Recurso improvido.

(STJ – Resp: 402711 SP 2002/0001074-0, Relator: Ministro José Delgado, Data do Julgamento: 11/06/2002, T1 – Primeira turma, Data de Publicação: DJ 19/08/2002, p.145 RJADCOAS vol. 41 p.76)

28. Assim sendo, o balanço patrimonial, no caso em apreço, ou mesmo a exigência de comprovação de percentual mínimo em eventual balanço patrimonial apresentado não se tornam motivos ensejadores de inabilitação da recorrida, uma vez que não houve tal previsão no edital.

29. Por outro lado, observa-se que a recorrida apresentou 05 atestados de capacidade técnica (3943510) atestando o fornecimento pela empresa de veículos diversos, demonstrando que houve faturamento e movimentação financeira pela empresa entre 2017 e 2018, o que sugere situação financeira atual favorável.

30. Além do que declarou que irá cumprir com todas as obrigações firmadas no certame, estando ciente de suas responsabilidade e da necessidade de cumprimento das exigências sob pena de sofrer as sanções por um eventual descumprimento contratual.

31. Quanto à alegação de ausência de qualificação técnica da recorrida, insta reiterar os fundamentos do item 32 do Parecer 65 (4434269), onde se concluiu que o edital somente prevê no item 13.4.4 a apresentação de atestado de capacidade técnica pertinente e compatível em característica, tendo a recorrida atendido as exigências editalícias conforme se observa em sua documentação de habilitação (3943510).

32. Concernente à alegação de não atendimento aos requisitos do edital quanto a garantia pretendida, observa-se que fora realizada análise nos itens 33 a 40 do Parecer 65 (4434269), onde pontou-se sobre a garantia conforme descrito no manual do fabricante, bem como a recorrida asseverou que ainda que o veículo possui garantia de 12 meses com quilometragem livre ou 50.000 km, contudo, ela poderia promover a garantia solicitada em edital, ou seja, garantia de 12 meses com quilometragem livre, reafirmando a declaração já apresentada em sua proposta encontrada no *comprasnet* (4577566).

33. Quanto à alegação de exigência de primeiro emplacamento, alega a recorrente que o edital exigiu do licitante o primeiro emplacamento dos veículos em nome do órgão, o que a seu ver não pode ser atendimento pela recorrida por não ser uma concessionária.

34. Cumpre apontar que há no edital a previsão de que “o veículo deverá ser entregue com todos os equipamentos obrigatórios e itens de produção exigidos por lei, emplacado (taxas referentes ao primeiro

emplacamento sendo de vistoria, bombeiros, seguro obrigatório, etc) no Município de Porto Velho/RO, licenciado em nome do Fundo Estadual de Sanidade Animal – FESA adesivado (portas dianteiras e tampa traseira da carroceria), conforme layout a ser entregue pela IDARON à adjudicatária.”

35. Observa-se que o edital fez expressa menção a ser o primeiro emplacamento do veículo em nome do órgão requisitante, bem como que os veículos sejam 0km, conforme especificações do termo de referência e que estes devem ser entregues emplacados e licenciados, sendo os custos de responsabilidade da licitante.

36. Em sede de contrarrazões, a recorrida apontou que não haveria empecilho de realizar o primeiro emplacamento em nome do órgão requisitante, pontuando que conforme atestado de capacidade técnica apresentado em sua documentação (fl. 17 - 3943510) a Prefeitura Municipal de Espumoso atestou o fornecimento de um veículo no qual a recorrida teria fornecido com o primeiro emplacamento em nome do órgão requisitante, assim sendo, demonstrando capacidade de atendimento quanto à exigência de entrega de veículo devidamente emplacado.

37. Ademais, a Recorrida declarou em sua proposta que atenderá todas as exigências estabelecidas no Edital, cabendo ao Gestor da Pasta vistoriá-lo quando do recebimento, não podendo aceitar qualquer item em desacordo com o estipulado no edital.

38. Portanto, não vislumbro motivo que ensejem a reforma da decisão da Pregoeira, visto que a empresa atendeu as exigências editalícias, bem como ratificou ciência de que deve entregar os veículos de acordo com as especificações contidas no edital e seus anexos, sob pena de sanções.

39. Desta forma, opino que fora acertada a decisão pela improcedência do recurso, permitindo a manutenção da habilitação da recorrida **ARTHA EMPREENDIMENTOS COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI EPP** para o item 01 do certame.

VII. CONCLUSÃO

40. Ante o exposto, opino pelo conhecimento do recurso e pela manutenção da decisão da pregoeira julgando da seguinte forma:

· **IMPROCEDENTE** o recurso administrativo interposto pela recorrente **AUTOVEMA VEÍCULOS LTDA**, permanecendo a proposta da recorrida **ARTHA EMPREENDIMENTOS COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI EPP** classificada e consequentemente mantendo-a habilitada para o item 01 do certame.

41. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

42. Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

43. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4.º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Porto Velho - RO, 28 de março de 2019.

Jennyfer de Lima Barros Lichevski
Matrícula 300143084

Elida Passos de Almeida

Chefe da Assessoria de Análise Técnica
Em substituição

Lauro Lúcio Lacerda
Procurador do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Lauro Lucio Lacerda, Procurador do Estado**, em 09/04/2019, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juraci Jorge da Silva, Procurador(a)**, em 22/04/2019, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elida Passos de Almeida França, Chefe de Unidade**, em 23/04/2019, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jennyfer de Lima Barros Lichevski, Assessor(a)**, em 23/04/2019, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **5133890** e o código CRC **190CAA99**.



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Decisão nº 9/2019/SUPEL-ASSEJUR

À EQUIPE DE LICITAÇÃO ZETA

PREGOEIRA FABÍOLA MENEGASSO DIAS

PROCESSO: 0015.267097/2018-15

ASSUNTO: ANÁLISE DO JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 547/2018/SUPEL/RO

PROCEDÊNCIA: IDARON/RO

OBJETO: Aquisição de veículos leves, tipo pick-up para atender as necessidades da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON;

Em consonância com os motivos expostos no Termo de Análise de Recurso (4980019), ao parecer proferido pela Assessoria de Análise Técnica (5133890) o qual opinou pela **MANUTENÇÃO** do julgamento da Pregoeira.

DECIDO:

Conhecer e julgar:

- **IMPROCEDENTE** o recurso administrativo interposto pela recorrente **AUTOVEMA VEÍCULOS LTDA**, permanecendo classificada a proposta da recorrida **ARTHA EMPREENDIMENTOS COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI EPP** e mantendo-a habilitada para o item 01 do certame.

Em consequência **MANTENHO** a decisão da Pregoeira da Equipe/ZETA.

À Pregoeira da Equipe/ZETA para dar ciência às empresas e outras providências aplicáveis à espécie.

Porto Velho, 22 de abril de 2019.

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL
Superintendente/SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Rogério Gabriel**, Superintendente, em 23/04/2019, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **5583724** e o código CRC **07782A61**.

Referência: Caso responda esta Decisão, indicar expressamente o Processo nº 0015.267097/2018-15

SEI nº 5583724